

## Editorial

Nesta edição, você vai saber tudo sobre a III Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde que aconteceu no final de março, em Brasília: quais as principais propostas aprovadas no relatório final que contemplam os trabalhadores de nível médio quanto à gestão do trabalho e da educação e ainda as propostas que envolvem as ETSUS.

A entrevista é com Jurandi Frutuoso, Secretário Estadual de Saúde do Ceará e novo Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), eleito no dia 22 de março. Você vai conhecer qual é a posição do Conass sobre temas como a descentralização e a questão da despreciação e da formação técnica dos ACS.

Na seção Pesquisa, a Escola Técnica de Saúde da Unimontes

(MG) está desenvolvendo um estudo para identificar a demanda de profissionais de saúde na região Norte de Minas Gerais. O que se espera é que este estudo contribua ainda mais para o planejamento da oferta de cursos da Escola de forma cada vez mais integrada às necessidades do SUS nos municípios.

As ETSUS de Roraima e Tocantins estão trabalhando juntas na Capacitação Pedagógica para Docentes do Curso Técnico de ACS em Boa Vista. Saiba como esta parceria está se desenvolvendo.

Acompanhe ainda notícias das ETSUS nos quatro cantos do Brasil.

Um abraço e boa leitura.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Li a revista e gostei muito, gostei do trabalho das escolas que além do aprendizado em saúde também fazem o social com as comunidades locais; é assim que se faz um país melhor, valeu.

Robson A. Araújo  
Manaus - AM

Num momento em que temos a necessidade de nos informar sobre as atualidades, fugindo das futilidades, surge esta oportunidade gratuita de ter uma revista séria, que tanto faz o enfoque da saúde como da educação, sem ter medo de ser feliz, ou crítica. Meus Parabéns!

Ériko Marvão Monteiro Duarte  
Palmas - TO

Gostaria de parabenizar a todos que fazem a RET-SUS pelo seu excelente trabalho informativo em saúde no SUS.

Claudio Oliveira de Souza  
Manaus - AM

# CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



# 'Contratar por concurso não é

## Novo presidente do Conass fala sobre Pacto

**N**o último dia 22 de março, Jurandi Frutuoso foi eleito o novo presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass). Secretário Estadual de Saúde do Ceará, ele já era um dos vice-presidentes na gestão anterior. Jurandi participou da mesa-rendonda sobre gestão do trabalho na 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que aconteceu entre 27 e 30 de março, em Brasília (ver matéria de capa). Durante sua fala, destacou a importância de se fazer pressão pela regulamentação da Emenda Constitucional 29. “Lamento não ter visto a plenária bater palmas quando se disse aqui na mesa que há carência de financiamento do SUS”, reclamou. Nesta entrevista, ele defende a formação técnica e a despreciação dos vínculos do ACS e comenta os caminhos da descentralização do SUS.

**O Conass tem discutido o papel dos estados no SUS a partir da descentralização. Seu ex-presidente, Marcos Pestana, vinha propondo uma 'regionalização solidária' como alternativa à 'municipalização autárquica'. Como isso se operacionaliza?**

Na verdade, esse processo nasceu em 1998, quando se começou a discutir a regionalização do Brasil e teve, inclusive, o assessoramento de instituições internacionais, o apoio da Opas e a defesa do Eugênio Vilaça. Está provado que, num país dessa dimensão, em que mais de 70% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, você não pode querer ter, em cada uma dessas unidades, um serviço autônomo. Até porque não há suporte financeiro nem oferta para isso. Aconteceu que, com a desregionalização, cada um quis montar seu próprio serviço, o que fragmentou, encareceu e dificultou a eficiência. Então surgiu a regionalização para agrupar os serviços de acordo com as competências e agrupar os municípios de acordo com o sentimento de pertencimento de cada um, com as rotas que eles já seguiram antes, com suas cenas históricas e com sua capacidade tecnológica. Na região fica mais fácil você ter agrupamento de municípios com oferta tecnológica e humana. Nós precisamos de uma regionalização solidária, em que cada um des-

ses níveis municipais compreenda o seu papel e o do outro e se fortaleça a junção deles, e não uma municipalização em que cada um é dono do seu papel, o que encarece o serviço e diminui o benefício para as pessoas.

**Isso requer uma mudança na legislação?**

Isso, na verdade, está implantado a partir do momento em que discutimos a NOAS-01 (Norma Operacional de Assistência à Saúde) e revitalizamos as ações de saúde. A questão agora é efetivar, acabar com preconceitos, eliminar alguns tipos de disputa que se dão ainda nesses limites municipais e consolidar essa forma de organização, através da conscientização dos gestores de que isso é necessário.

**Uma ação concreta decorrente dessa mudança era, segundo Eugênio Vilaça, organizar a saúde pela oferta e não pela demanda. O que isso significa?**

Ter a organização pela oferta e não pela demanda é exatamente pegar, dentro da rede de serviço, aqueles que podem se adequar, ver que tipo e quantidade de paciente vai chegar e autorizar a demanda a ser ofertada através disso. Antes, você fazia o contrário: a demanda vinha, você não tinha serviço suficiente e as pessoas ficavam sendo referenciadas para uma cidade que se

dizia dona daquele serviço que na verdade ela não oferecia e o paciente ficava sem o serviço local e sem a referência para outra cidade, porque o que estava em jogo era a busca pelo dinheiro. Fingia-se ter uma programação inexistente. Aí deu nisso: você oferece, mas não tem; o paciente vem e não encontra. Essa lógica tem que ser mudada. Começamos esse processo em 1998, no Ceará, em 2000 se implantou a regionalização no Brasil e essa discussão do Eugênio foi feita, com consultoria espanhola e com o apoio de um banco inglês. Nós já temos um processo de evolução contínua há muito tempo. Está pronto, mas isso não se muda de um dia para outro, porque, apesar da lógica, há a resistência. É preciso ganhar pessoas para o processo, mas não é fácil. E há, ainda, a questão dos limites das estruturas municipais, o que dificulta muito, mas está evoluindo. Com o tempo, haverá a questão do ganho de escala. Eu não posso ter um tomógrafo numa cidade com 20 mil habitantes, mas posso ter o mesmo equipamento para cinco ou seis municípios que compõem a região. Se eu tiver vários, vou quebrar todos, pois nenhum vai funcionar em tempo hábil, nenhum vai ter recurso para se manter. Então eu preciso ter um que atenda à demanda. Esse ganho de escala é fundamental nessa questão da regionalização.

# mais caro do que precarizar'

## de Gestão e descentralização da Saúde

**O sr. disse, na mesa-redonda, que o Ceará fez concurso público para o PSF. Isso envolveu também os profissionais de nível médio?**

O concurso feito no Ceará foi para a desprecarização dos trabalhadores de nível superior. Foi voltado para médicos, dentistas e enfermeiros, as três categorias que mais migram. Os cargos técnicos já são em grande parte concursados. Para realizar esse concurso, nós fizemos uma parceria com o Tribunal de Contas do município, a Delegacia Regional do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho, a Associação dos Prefeitos do estado e o Cosems. Fizemos algumas reuniões macrorregionais e levamos os cálculos para provar que contratar por concurso não é mais caro do que precarizar. E tentamos convencer os prefeitos a participar. Não foi fácil: levamos dois anos e meio nesse processo. Formalizamos a adesão e temos, nesse momento, 119 municípios que aderiram ao concurso. Entregamos o nome dos que ficaram de fora ao Procurador do Trabalho, que estabeleceu um prazo para eles regularizarem a situação. Então, creio que em julho nós teremos todos os municípios do estado com esses trabalhadores do Saúde da Família concursados.

**Qual a posição do Conass sobre o processo de desprecarização dos vínculos do ACS?**

Nós entendemos a importância do agente comunitário de saúde no país, principalmente por ter conseguido aproximar a população do sistema de saúde, levar educação e saúde para as comunidades e criar um vínculo entre a população e o sistema de saúde. E também entendemos que um exército de mais de 20 mil pessoas não pode ficar a mercê da sorte porque não tem vínculo com ninguém. Então defendemos a desprecarização. Eu, particularmente, penso que não se

pode fazer concurso para ACS nesse momento. O que vamos fazer com os agentes que já estão trabalhando há mais tempo? Eles não foram para a escola, não acompanharam a evolução da educação do país e serão eliminados num concurso. Sou a favor da Emenda Constitucional 51/2006 porque ela prega a seleção pública, processo no qual se pode aproveitar o tempo de serviço, a experiência e os cursos que foram feitos ao longo desse tempo dentro do município. Assim, eles terão uma chance a mais.

**E sobre a necessidade de formação básica ou técnica para o ACS?**

Isso é indiscutível. O Conass tem consciência de que não se pode manter um agente de saúde com a formação que ele recebeu quando começou o trabalho. Essa formação tinha uma finalidade, principalmente no Nordeste, por exemplo, em que o trabalho era voltado para ações diferentes, como a de fazer pré-natal, combater a diarreia... Esse tempo passou. O Conass acha que nós precisamos que os ACS se requalifiquem. Eles precisam aprender noções de nutrição, meio ambiente, comunicação, porque têm que mudar o perfil para se tornarem agentes de mudança social. Daí a necessidade de ter o curso técnico para agente comunitário de saúde. Nós somos a favor, precisamos que ele aconteça e vamos lutar por isso, pois esses profissionais têm que evoluir, como terá que evoluir o agente da dengue para se tornar o agente de vigilância à saúde, não ao mosquito. Precisamos trabalhar essa política de maneira regular, evoluindo os conhecimentos das pessoas de ponta, para termos uma visão de promoção da saúde e proteção à vida, de forma bem abrangente.

**Atualmente, o Ministério da Saúde se responsabiliza pelo financiamento da maior parte da formação técnica**

**feita pelas ETSUS. Como tornar a formação técnica prioridade para os governos estaduais?**

É preciso compreender que a questão do financiamento limita as ações planejadas pelo estado. Nós temos consciência e clareza, nas entidades, de como está se dando essa política. Mas há que se entender que nós temos hoje muitas dificuldades financeiras para fechar a conta no final do mês ou do ano. Isso porque há umas demandas que não nos deixam respirar, como, por exemplo, a dos medicamentos de alto custo. O acordo é que os medicamentos de alto custo sejam financiados 20% pelo estado e 80% pelo Ministério da Saúde. Hoje está sendo 50% para cada um. No ano passado, eu tive que gastar no Ceará algo em torno de R\$ 60 milhões, que não estavam previstos nas minhas contas. É por isso que defendemos a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que nos trará um aporte de R\$ 10 bilhões, R\$ 12 bilhões na Saúde, o que nos daria uma certa margem para avançar mais rápido naquilo que planejamos. Não podemos nos comprometer nesse momento, porque não sabemos como está a conta de cada um dos estados e não podemos falar por eles.

**O Pacto de Gestão é suficiente para resolver os problemas apontados no SUS? É necessária ainda uma Lei de Responsabilidade Sanitária?**

O Conass discutiu a Lei de Responsabilidade Sanitária e não avançou na sua aprovação por um detalhe: na época, ainda não tinha sido aprovado o Pacto de gestão. Como se que pode fazer uma lei que vai penalizar gestores sem ter claramente definido o papel de cada um? Por prudência, decidimos primeiro aprovar o Pacto de Gestão. Agora, a partir daqui, devemos voltar a discutir a Lei de Responsabilidade Sanitária.■

# Controle Social discute políticas

## Conheça as principais propostas da 3ª Conferência de

**D**epois de 13 anos de espera, entre os dias 27 e 30 de março, duas mil pessoas se reuniram em Brasília para discutir os rumos das políticas públicas voltadas para o trabalhador da Saúde. Foi a 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que trouxe, na pauta, muitas daquelas mesmas velhas reivindicações que nortearam a 1ª e a 2ª Conferências de Recursos Humanos, em 1986 e 1993.

E já que se esperou tanto tempo, parece que 2006 foi mesmo um bom momento para esse encontro acontecer. Oito dias depois do fim da Conferência, comemorou-se, em 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde que, este ano, foi dedicado aos seus trabalhadores. Além disso, nesse mesmo dia foi lançada a Década de Recursos Humanos, uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde que busca concentrar esforços para superar os principais problemas de formação e gestão do trabalho em saúde nos próximos dez anos. “Caiu a ficha do mundo sobre a importância da questão dos recursos humanos”, resumiu Francisco Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

A Conferência foi organizada em quatro eixos temáticos, que privilegiaram a formação, a gestão participativa, a negociação e o controle social na gestão do trabalho e da educação. Os grandes temas, Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, mereceram, cada um, uma mesa-redonda com participação de usuários, trabalhadores e gestores municipais, estaduais e federais. Para cada eixo, foi realizado um painel temático do qual participaram convidados e delegados inscritos naquele tema — um dos problemas apontados desde a abertura do evento foi que muita gente não

conseguiu ficar no eixo que preferia. Cada painel antecipou as discussões e subsidiou as votações das plenárias temáticas. Foram levados para a plenária final apenas os pontos mais polêmicos, que receberam menos de 40% dos votos na plenária temática.

Segundo a diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e da Regulação na Saúde (Degerts/SGTES/MS), Maria Helena Machado, todos os estados brasileiros e mais de 2200 municípios realizaram as etapas regionais da Conferência. Durante esses quatro dias, os delegados eleitos nesse processo representaram os interesses de cerca de 2,2 milhões de trabalhadores da Saúde que existem hoje no Brasil — 33,5% de nível superior; 39,8% técnicos e auxiliares e 26,7% em cargos administrativos —, também de acordo com dados da SGTES/MS.

### Avaliações e perspectivas

Nas duas mesas-redondas que antecederam as discussões temáticas, as falas, em sua maioria, mostraram ações já desenvolvidas na área de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, lembraram os principais problemas identificados nessa área e manifestaram esperança de mudanças a partir da Conferência.

O Ministro da Saúde, que deixou o cargo logo após o fim do evento, destacou as políticas desenvolvidas em parceria com outros Ministérios. Em relação à educação profissional, destacou o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae). “Esse Projeto não teria o mesmo sucesso se não fossem as Escolas Técnicas do SUS. O Profae fortaleceu algumas dessas Escolas e criou outras, que hoje formam uma Rede de 37 instituições, na qual o Ministério

da Saúde tem investido”, disse. Além disso, ele anunciou as negociações com o BID para ampliar o Projeto para outras áreas além da Enfermagem e atingir até 745 mil trabalhadores.

A educação técnica e as ETSUS também ganharam destaque na fala da diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES), Célia Pierantoni, que apresentou os números gigantescos do Profae e mostrou as ações atuais, como, por exemplo, o esforço de formação dos agentes comunitários de saúde. Segundo ela, 50% dos ACS que serão formados já estão em sala de aula.

Julio Müller, do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), também lembrou que o Profae virou referência para outros países, mas ressaltou a importância de diversificar as áreas de abrangência. Ele ressaltou a necessidade de fortalecer as Escolas Técnicas do SUS e as Escolas de Saúde Pública do Brasil, chamando atenção para dois problemas sérios enfrentados pelas ETSUS — e que chegaram a ser pautados e discutidos na última reunião da Comissão Intergestora Tripartite: a necessidade de maior autonomia financeira e a dificuldade de pagamento de hora-aula. “Quem vai formar os trabalhadores do SUS se não os outros trabalhadores do SUS?”, perguntou. O representante do Conass também aproveitou a fala para defender a formação técnica do ACS, do agente de endemias e do agente de controle ambiental e o repasse de recursos fundo para a educação na saúde.

### Formação

A Educação foi o eixo com mais número de propostas: 210, ao todo. A maior polêmica se deu nas propostas referentes à graduação, com uma forte

# para 'Gente que faz Saúde'

## Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

resistência ao Pró-Saúde, Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde. As principais críticas referiam-se ao fato de o Programa não ter sido discutido no Conselho Nacional de Saúde nem na CIT e de só envolver três cursos — medicina, enfermagem e odontologia.

Outra divergência acirrada foi para decidir se as parcerias dos órgãos gestores do SUS deveriam ou não incluir instituições privadas. De um lado, o argumento de que excluir as escolas privadas seria ignorar a realidade de que hoje elas são responsáveis pela formação de cerca de 80% dos profissionais de saúde de nível superior — segundo a defesa apresentada. De outro, a convicção de que a iniciativa privada visa, antes de tudo, ao lucro e de que o dinheiro público só deve financiar instituições públicas. Na plenária final, foi este último que venceu.

Já nos tópicos referentes à profissionalização técnica e à formação dos agentes comunitários de saúde, prevaleceu o consenso. As Escolas Técnicas do SUS foram reconhecidas como espaços privilegiados de formação desses profissionais, o que incluiu o pedido de fortalecimento da RET-SUS. Além disso, afirmou-se a demanda pela profissionalização dos ACS; incentivou-se a ampliação de escolaridade dos trabalhadores que precisam completar ensino fundamental e médio; apontou-se a importância da formação pedagógica; e destacou-se a necessidade de incluir metodologias problematizadoras na educação desses trabalhadores.

### Gestão do Trabalho

Se não foi alvo de dúvida quanto à formação, o ACS foi personagem de boa parte das discussões do eixo de Gestão do Trabalho. As propostas apro-



Crachás levantados pela democracia: votação na Plenária Final



Delegadas das ETSUS discutem propostas da Rede



ACS 'interrogam' o deputado Walter Pinheiro, relator da PEC que criou a EC 51/06

vadas pedem regulamentação da profissão de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias, efetivação e estabilidade para os trabalhadores que já estão em atividade. Outro tópico reforça a necessidade de se garantir que nenhum agente seja demitido durante o período de regularização dos vínculos trabalhistas. Há ainda a decisão de que o Ministério da Saúde deve ser responsável pelo repasse de verbas referentes aos direitos trabalhistas desses profissionais.

A contratação dos ACS por processo seletivo público, viabilizada pela Emenda Constitucional 51/2006, e a exigência de que ele more na localidade em que atua foram apoiadas, o que significou, inclusive, a rejeição de propostas que falavam em concurso público para esses trabalhadores. O relatório final vai lembrar ainda que é preciso estabelecer diretrizes e critérios para essa seleção, o que deverá acontecer por meio de uma lei federal que regulamente a Emenda. Com tudo isso, a polêmica foi quanto à inserção ou não do ACS nos planos de carreiras. A plenária final votou contra, sob o argumento de que o PCCS é apenas para servidores públicos concursados.

Especificamente sobre trabalhadores técnicos, houve apenas mais uma proposta que pede a incorporação de técnicos de higiene dental (THD) e auxiliares de consultório dentário (ACD) em todas as equipes de saúde bucal do Programa de Saúde da Família.

Fim da terceirização de serviços em saúde, realização de concurso público e implantação do Plano de cargos, Carreiras e Salários do SUS

(PCCS-SUS) foram alguns dos temas gerais mais abordados nesse eixo. A reivindicação por isonomia salarial e redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais também constam do texto. Recuperando uma demanda que aparece nas Conferências anteriores, fo-

ram estabelecidos critérios para uma pessoa exercer o cargo de gestão na rede do SUS. Segundo a versão final do texto, dentre outras coisas, um gestor (de unidades, hospitais, etc) deverá ser eleito para o cargo, ser funcionário público concursado e de carreira, ter pelo menos dois anos de experiência no SUS, ter nível de escolaridade estabelecido de acordo com o PCCS-SUS, não manter qualquer vínculo com o setor privado e nem parentesco de até terceiro grau com prefeito ou governador.

Uma novidade foi a proposta de criação de um Sistema Nacional de Informações do Trabalho em Saúde nos diversos níveis de atenção como instrumento para a formulação de políticas públicas nessa área.

Sobre a relação entre os entes federados, foi proposto, por exemplo, que as boas condições para o trabalho se torne um parâmetro para o reconhecimento da autonomia de gestão dos municípios e que o respeito à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH-SUS) seja um critério para o repasse de incentivos financeiros para estados e municípios. Além disso, apontou-se a necessidade de que o pacto de gestão inclua a responsabilidade sanitária dos três níveis de governo, a regionalização solidária, o financiamento, a participação e o controle social. Ao mesmo tempo, outro ponto aprovado exige o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita o gasto dos gestores com pessoal, e a punição daqueles que a infringirem. Sintoma da falta de consenso, esse tema vai voltar no eixo do Controle Social, mas com outra cara: pedindo a articulação do Conselho

Nacional de Saúde com o Congresso Nacional para que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja flexibilizada nas áreas de saúde e educação.

## Negociação e Controle Social

Humanização do trabalho, saúde e bem-estar do trabalhador foram a tônica do eixo de Negociação. O agente comunitário de saúde mereceu propostas específicas, que pediam desde a valorização desse profissional até condições mais adequadas de trabalho, que incluíam uniforme, material didático e até protetor solar. Foi aprovada ainda uma proposta de se limitar o número de famílias atendidas por ACS e por equipe de PSF nas zonas rural e urbana.

Ainda sobre os trabalhadores de nível médio, o relatório pede apoio à regulamentação das profissões de ACD e THD, cujo projeto já está em tramitação, e inaugura uma discussão sobre a regulamentação da profissão de agentes de controle a endemias. Uma outra proposta, no entanto, fala em reconhecer e regularizar os profissionais de controle de zoonoses, "assegurando nomenclatura única que os identifique em nível nacional".

Maior participação na gestão dos recursos das unidades de saúde e criação de Mesas de Negociação Permanente nos níveis dos estados e municípios foram outras demandas insistentes. Da mesma forma, foi pedido que se criem Comissões Intersetoriais de Recursos Humanos (CIRH) nos conselhos de saúde de todo o país.

Boa parte do consenso nesse eixo reafirmou o papel de fiscalização do controle social. Assim, diversas propostas pediram a participação dos conselhos de saúde na contratação de trabalhadores de saúde, inclusive na elaboração de editais de concursos públicos, na abertura de novos cursos de saúde e ampliação de vagas e na implementação das diretrizes curriculares nas instituições formadoras. Aliás, como a idéia é sempre ampliar a participação da sociedade, uma sugestão aprovada foi inserir nos currículos do ensino fundamental, ensino médio e cursos universitários discussões sobre o controle social.

Uma demanda específica foi que se assegurasse a participação dos conselhos na fiscalização da seleção pública dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, para fazer cumprir seus direitos e deveres.

## Daqui pra frente

A versão final do relatório da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ainda não está pronta. Algumas propostas

foram acompanhadas de prazo para implementação. Outras, insistentes, estão reaparecendo há 20 anos, desde, pelo menos a 1ª Conferência de Recursos Humanos em Saúde. Como as conferências são instâncias propositivas, e não deliberativas, é difícil saber ao certo o que vai acontecer com o resultado dessa grande mobilização social. O fato é que ela não acaba junto com o evento. Num vídeo apresentado na abertura do encontro, Conceição Rezende, da CIRH/CNS, disse

que a investida neoliberal que levou à precarização, achatamento dos salários, demissões voluntárias e todo esse momento desfavorável que estamos vivendo, avançou por falta de controle social na gestão do trabalho. Se esse for mesmo um dos problemas, não vão faltar motivos (e eventos) para se lutar pela reversão desse quadro: tem a Conferência, o Dia Mundial da Saúde, a Década de Recursos Humanos... e milhares de pessoas querendo discutir o assunto. ■

## Propostas aprovadas nos temas Formação técnica e Formação do ACS no Eixo da Educação

- Ampliar a oferta de educação profissional, diversificando as profissões técnicas em saúde, fomentando a interdisciplinaridade e respeitando as demandas locais.
- Oferecer aos auxiliares de enfermagem, de nutrição e aos ACS a complementação de estudos para técnico em enfermagem, em nutrição e em THD, respectivamente, nos moldes do Profae, flexibilizando escala de trabalho de forma a contemplar os diferentes turnos de trabalho, sem prejuízos dos vencimentos.
- Ampliar e fortalecer a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) — instituições públicas criadas para atender às demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde — de forma que também atendam jovens e adultos que buscam formação técnica na área da saúde, nas três esferas de governo.
- Ampliar a oferta de cursos de educação profissional de nível médio, assegurando condições de sustentabilidade das Escolas e das iniciativas que estejam comprometidas com o movimento de formação dos profissionais de saúde, com impacto na qualidade da assistência a que a população tem direito, considerando que este é um dever do Estado.
- Incluir todos os trabalhadores em processos formativos, uma vez que as etapas/módulos/percursos da formação não são excludentes, mas complementares, fazendo com que os trabalhadores do nível médio que ingressam nos cursos organizados em itinerários tenham como destino a habilitação técnica e pós-técnica nas áreas

prioritárias para o SUS, como, por exemplo, ACD, THD, saúde mental, dependência química, pessoas com deficiência, agentes de endemias, vigilância sanitária, vigilância ambiental, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador, meio ambiente, vigilância à saúde, saúde indígena, saúde da família, atenção básica e gestão.

- A educação profissional para o nível técnico deverá apropriar os princípios da educação problematizadora, da humanização e da integralidade do SUS, para formar trabalhadores com potencial crítico e criativo.
- Assegura a formação docente orientada pelos princípios do SUS, para a educação profissional em saúde.
- Implementar as atividades de estágios/vivências dos alunos dos cursos da área de saúde e afins na rede de serviços do SUS, inclusive em lugares de difícil acesso, em todos os níveis de atenção e no controle social.
- Adequar e avaliar periodicamente os currículos das escolas técnicas e universidades à realidade e necessidade da região em que estão inseridas.
- Possibilitar o acesso aos domínios de tecnologia de informação na educação de profissionais de saúde.
- Divulgar a oferta de cursos de formação profissional básica e especialização aos profissionais de saúde.
- Estabelecer parcerias entre os serviços e instituições formadoras na perspectiva de contribuir para melhor capacitação dos profissionais e viabilizar melhor atendimento aos usuários.
- Garantir, conforme a NOB/96, a forma-

ção profissional dos trabalhadores, viabilizando a conclusão do ensino fundamental e médio.

- Garantir a participação ativa dos ACS junto aos demais trabalhadores da saúde no processo de educação permanente, com vistas à formação de políticas e processos de trabalho, assegurando o curso de habilitação para os que ocupam a função, de acordo com as realidades locais, como forma de valorização e reconhecimento de singularidade profissional.
- Assegurar a profissionalização dos ACS, sob a responsabilidade das Escolas Técnicas do SUS, devendo contar como pontuação na avaliação de concursos públicos, ampliando a escolarização e contribuindo para a formação de identidade no SUS, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados junto à população, adequando os constituídos à contextualização de seu local de trabalho.
- Realizar cursos para os ACS e agentes de controle de endemias nos municípios com processo sistemático e contínuo, podendo ser computados para fins de avaliação funcional, sob a responsabilidade das Escolas Técnicas do SUS.
- Discutir junto às Escolas Técnicas do SUS, responsáveis pela estruturação de cursos de formação e capacitação dos ACS, a inclusão de abordagens de educação popular e outras metodologias participativas e problematizadoras, viabilizando a realização dos referidos cursos via os pólos de educação permanente, no sentido de que sejam viabilizadas as reais necessidades de formação para o SUS.

### ETSUS Bahia inicia formação de ACS

A Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, da Bahia, vai iniciar agora em abril o 'Projeto de Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde', que tem como meta a qualificação de 21.338 agentes dos 417 municípios do estado, atendendo às recomendações do 'Termo de Referência' elaborado pelo Ministério da Saúde.

Na primeira fase, prevista para começar no dia 3 de abril, a descentralização atinge 112 municípios, formando cerca de 48% dos ACS do estado. Na segunda fase, que deverá ocorrer ainda este ano, serão contemplados os outros 305 municípios baianos.

As turmas de capacitação dos docentes começaram entre 23 e 27 de janeiro em Salvador, com a participação de 58 coordenadores pedagógicos



regionais das 31 Diretorias Regionais de Saúde. De 6 a 10 de fevereiro, foi a vez dos 117 futuros coordenadores locais e instrutores em cinco municípios da Região Metropolitana, inclusive a capital, além de 13 cidades do interior.

Em março, aconteceram três novas capacitações, sendo uma em Salvador, para 132 pessoas de 34 municípios. As outras duas foram descentralizadas em 60 municípios do interior e voltadas para 440 profissionais de saúde.

### ETSUS Piauí elege nova diretora e se prepara para iniciar cursos

O Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde no Piauí está se preparando para começar suas primeiras turmas. Os cursos, que vão formar técnicos de higiene dental e agentes comunitários de saúde, já foram aprovados pelo Ministério da Saúde. No último dia 7 de março, a ETSUS recebeu do Ministério R\$1,28 milhões, referentes à primeira parcela para a formação dos ACS. A meta é formar todos os 6.015 agentes do estado.

Segundo Conceição Santos, coordenadora da equipe técnico-pedagógica do curso de ACS, esses recursos serão essenciais para começar as atividades, principalmente para selecionar e capacitar os 118 instrutores, que vão atuar em parceria com seis coordenadores estaduais, 23 coordenadores regionais e todos os supervisores do Programa Saúde da Família.

Para o curso de THD, a equipe pedagógica já foi selecionada e será coordenada por Cleonice Melo. A expectativa é complementar o processo iniciado pela Universidade Federal do Piauí, formando mais 390 profissionais que já atuam nos serviços de saúde, nas macrorregionais de Teresina, São Raimundo Nonato, Parnaíba e Picos.

Outra novidade é que, em novembro passado, a ETSUS Piauí elegeu sua nova diretora, Maria Adelle de Freitas Silva, que era vice-diretora da gestão anterior. De acordo com Conceição Santos, as eleições acontecem a cada dois anos, como em todas as instituições da rede estadual de educação, à qual a Escola está vinculada.

### Capacitação e Curso de THD na ESP-MG

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais iniciou, no dia 20 de fevereiro, as capacitações técnicas e pedagógicas para docentes das turmas descentralizadas do Curso Básico de Vigilância em Saúde para Trabalhadores em Vigilância Sanitária.

O curso, destinado aos 1.200 trabalhadores de municípios com menos de 30 mil habitantes, terá a duração de 180 horas, das quais 120 serão de concentração e 60 de dispersão. O trabalho de campo será essencial para a realização da proposta metodológica, que tem como conteúdo o conhecimento teórico de atuação, diagnóstico e mapeamento de problemas para a elaboração de propostas de intervenção em seu enfrentamento.

A ESP-MG também está oferecendo o Curso de Técnico em Higiene Dental, com o objetivo de habilitar profissionalmente funcionários da rede básica do SUS. Está prevista a abertura de 25 turmas ainda neste semestre nos municípios de Alfenas, Barbacena, Belo Horizonte, Diamantina, Divinópolis, Itabira, Ituiutaba, Januária, Manhumirim, Patos de Minas, Pedra Azul, Pirapora, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba e Varginha.

### Formatura de THD no Tocantins

Em 3 de março, a ETSUS do Tocantins realizou a formatura de sua primeira turma de técnicos em higiene dental. O homenageado da cerimônia, que aconteceu em Palmas, foi o professor Fabiano Paiva Vieira.

Além dos 22 formandos, compareceram ao evento a equipe técnica da Escola, representantes de unidades hospitalares locais e de diversas entidades, como a Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, Sindicato dos Dentistas, Associação Brasileira de Odontologia e do Conselho Regional da categoria.



## Escola do Tocantins inicia 2º módulo do técnico de ACS

No Tocantins, os agentes comunitários de saúde vão se tornar técnicos. O governo do estado decidiu financiar o Módulo II do curso técnico de ACS. As três etapas do itinerário formativo já foram pactuadas na Comissão Intergestora Bipartite e aprovadas no Pólo de Educação Permanente do Estado, contudo ainda não têm data para serem finalizadas.

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins será a instituição responsável pela formação dos agentes. A ETSUS iniciou, agora em março, o segundo módulo do curso. A previsão é formar gradativamente 3.269 agentes até novembro, em 127 municípios, divididos em 18 pólos regionais. O curso tem duração de 1200 horas e

o material didático foi elaborado em 2005, segundo os Referenciais Curriculares do Ministério da Saúde.

Segundo o Secretário de Saúde do Tocantins, Gismar Gomes, o estado, com um investimento de R\$ 2 milhões, disponibilizará equipamentos e material didático, além de recursos que hoje vinham sendo assumidos pelo MS que, por enquanto, está financiando somente o Módulo I do curso, que a Escola já concluiu.

Para a Diretora de Integração da ETSUS Tocantins, Maria Aparecida Valentini, buscar articulação com os governos locais é uma iniciativa que deve ser seguida por todas as Escolas Técnicas do SUS.

## Cefor Paraíba se prepara para curso de ACS

O Centro Formador de Recursos Humanos com o apoio do Governo do Estado e da Secretaria de Estado da Saúde realizou, no período de 13 a 21 de fevereiro, cinco aulas inaugurais da Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde. As aulas, que foram oferecidas nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras e Solânea, contaram com a presença de 5.500 agentes comunitários.

Outro passo para o início do curso de ACS também já foi dado. No dia 7 de abril, o Cefor Paraíba encerrou a quinta oficina para docentes que atuarão nos cursos, no estado. Serão realizadas, no total, seis formações pedagógicas em João Pessoa, Campina Grande, Souza e Guarabira, para 150 profissionais de 71 municípios.

A elaboração dos planos de

curso, de execução e de formação pedagógica para docentes da formação técnica do agente de saúde foi feita de forma compartilhada. A discussão do projeto foi levada pela Escola para as quatro macrorregionais de saúde do estado, para as suas comissões de saúde (Conselho Estadual de Saúde e Comissão Intergestora Bipartite), e para os seminários e congressos promovidos pela categoria do agente comunitário de saúde.

As turmas de ACS estão previstas para começar em 24 de abril.



## Capacitação Pedagógica em Rondônia



Entre os dias 6 a 10 de fevereiro, o Centro de Educação Técnico-Profissional na área de Saúde de Rondônia realizou, em Porto Velho, a '1ª Capacitação Pedagógica para Docentes Tutores do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde'. A formação das duas primeiras turmas de ACS na capital começou no dia 3 de abril. A ETSUS pretende estender em breve a formação aos municípios do interior, cumprindo a meta de atingir os 2.410 agentes de todo o estado.

## ETSUS Tocantins elabora planos de curso

Nos meses de janeiro e fevereiro, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins elaborou os planos de curso técnicos das áreas de Enfermagem, Nutrição e Dietética, Radiologia e Análises Clínicas.

Os planos foram construídos com o apoio dos representantes da Coordenação de Gestão de Educação na Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, Hospital Geral de Palmas, Hospital Dona Regina, Vigilância Sanitária, Laboratório Central de Palmas e dos Conselhos Regionais de Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Radiologia. Os cursos têm previsão de início para o mês de agosto, no município de Palmas, contudo a Escola ainda aguarda a aprovação dos planos pelo Ministério da Saúde, para liberação dos recursos.

### Formatura de ACS em Osasco

No dia 26 de abril, o Centro Formador de Osasco, de São Paulo, realizará a formatura das primeiras turmas do Módulo I do curso de Agentes Comunitários de Saúde. Os 180 alunos, que compõem as seis turmas descentralizadas, são dos municípios de Barueri, Itapevi, Vargem Grande Paulista, Santana de Parnaíba,

Embu, Embu Guaçu, Itapeirica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Carapicuíba, Tabuão da Serra, Pirapora do Bom Jesus e Jandira.

Os formandos apresentarão trabalhos produzidos e escolhidos por eles próprios, durante a cerimônia, que contará com a presença de gestores e secretários de saúde dos 13 municípios.

### ETSUS-Roraima formará Agente Indígena

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima vai ser responsável pela formação dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) do estado. A primeira etapa desse processo será a certificação dos 300 AIS do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste que iniciaram o Processo de Formação do ano 2000, diretamente com a Funasa. Para isso, uma equipe da Esco-



la realizará o acompanhamento pedagógico nos momentos de concentração e dispersão da fase final do curso.

Já nas próximas turmas, a ETSUS-Roraima terá participação integral nos processos de formação de AIS, capacitando professores, acompanhando toda a formação e se envolvendo em discussões antropológicas para dar conta das especificidades da realidade indígena.

A Escola atuará não só no DSEI-Leste, mas também no DSEI-Yanomami, comunidade com a qual, inclusive, sua equipe Técnica já realizou o primeiro contato, através do acompanhamento do momento de concentração do Curso de AIS da Missão Catrimani.

### Formatura no Cefor Araraquara

No dia 29 de março, o Cefor Araraquara formou sua primeira turma de Formação Inicial do Curso de Agentes Comunitários de Saúde – outras 37 estão em andamento. A conclusão da Primeira Etapa Formativa de 30 agentes comunitários das cidades de José Bonifácio, Jaci, Mendonça, Adolfo e Zacarias foi comemorada em José Bonifácio.



### ACS e Técnico de Enfermagem na ETESPPE



A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE), deu início, no dia 24 de março, aos Cursos de Formação do Agente Comunitário em Saúde e de Técnico de Enfermagem, nos municípios da IX Gerência Regional de Saúde (Geres). O evento ocorreu na cidade de Ouricuri e contou a presença de cerca de 800 pessoas.

Essa foi a penúltima turma de ACS iniciada no estado de Pernambuco, que já possui mais de 14.300 alunos matriculados no curso. A última começou no dia 5 de abril, em Palmares.

Já o curso técnico de enfermagem, financiado pela Secretaria Estadual de Saúde, terá cinco turmas, entre as quais três são para os profissionais dos 11 municípios da IX Gerência e duas para os do Hospital Regional de Ouricuri.

### ETSUS-Roraima lança site

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima (ETSUS/RR) lançou sua página eletrônica na internet. Nela, os visitantes têm acesso a notícias e informações sobre a instituição, assim como sobre as atividades finalizadas e ainda em desenvolvimento pela Escola.

Para saber mais, visite <http://www.saude.rr.gov.br/etsus>



## Fhemig abre nova turma do Curso de Cuidadores de Idosos

A Escola de Formação Profissional da Fhemig iniciou, no dia 27 de março, o segundo curso de Cuidadores de idosos, voltado para seus funcionários auxiliares e técnicos de enfermagem. A nova turma, com 33 inscritos, foi aberta devido à demanda dos próprios profissionais de saúde que, em função do envelhecimento da população, atendem a um grande número de idosos.

O curso, que tem carga horária de 60 horas, será ministrado por sete professores de diferentes formações na saúde e contará, também, com a participação de palestrantes convidados.

A meta da Escola, segundo a coordenadora do curso, Roberta Machado Bastos, é abrir outra turma ainda neste semestre, e mais duas até o final do ano.

## encontra

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima realizará, em abril, a 1ª Oficina de Capacitação Pedagógica para docentes do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Para essa primeira experiência, a ETSUS-RR contará com a cooperação técnica das profissionais Osmailde de Souza e Márcia Cristina, da Escola Técnica de Saúde do Tocantins, que atuarão como facilitadoras. Segundo Luciana Freitas, coordenadora do curso, a aproximação geográfica e cultural do Tocantins, assim como a larga experiência da Escola, foram decisivas na escolha para o pedido de auxílio.

Na Oficina, com conteúdo de domínio didático, as facilitadoras irão demonstrar metodologias e processos educativos, além de estabelecer um relacionamento ético e motivador com os 22 docentes participantes, que ministrarão aulas do curso de ACS na capital do estado. A equipe técnica e os coordenadores da ETSUS-RR também estarão presentes, para apropriação e posterior multiplicação de conhecimento.

Estão previstas mais duas capacitações, que já serão ministradas pelos técnicos da própria Escola, para os 90 docentes que irão trabalhar nos nove Pólos distribuídos nos seguintes municípios: Bonfim, Cantá, Mucajá, Caracará, Caroebe, São Luis, Rorainópolis, Pacaraima e Alto Alegre.

## CEP-Saúde de Goiás oferece Oficina Didático-Pedagógica

As preparações para o curso de ACS já começaram em Goiás. O Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás (CEP-Saúde) promoveu, nos dias 22 e 23 de março, a Oficina Didático-Pedagógica para profissionais que serão Instrutores da concentração e Supervisores de prática do Curso de Habilitação Técnica do Agente Comunitário de Saúde.

A oficina, que teve como temas centrais 'Ensino-Aprendizagem' e 'Avaliação', foi oferecida para 70 profissionais das Regionais de Saúde Macro-Goiânia e Centro-Sul e contou



também com a presença de oito Coordenadores Pedagógicos do CEP.

A ETSUS tem a intenção de repetir a oficina nas demais regionais participantes do curso, que tem previsão de início para 24 de abril.

## ERRAMOS

Na entrevista publicada na edição passada da Revista RET-SUS, faltou informar que Miguel Márquez, médico sanitarista nicaraguense que vive em Cuba, veio ao Brasil a convite da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, do Rio de Janeiro, para apresentar a aula inaugural da instituição. O tema da aula foi 'Promoção da Saúde: novos cenários para a formação e exercício profissional dos técnicos de saúde'. Durante a semana que passou no país, ele participou de várias reuniões e entrevistas pro-

movidas pela Escola, dentre elas, a que você leu nesta Revista.

Na página 8 da edição passada da Revista RET-SUS, seção ETSUS Pesquisa, o texto diz que "Pela primeira vez, a ETSUS (de Alagoas) vai aplicar a Pedagogia da Problematização nesse curso". Esclarecemos que essa frase refere-se ao curso Técnico de Enfermagem oferecido ao público externo, já que a Escola tem tradição e larga experiência na utilização dessa pedagogia.

## Ministério da Saúde desenvolve Convocatória de Pesquisa para ETSUS

Pesquisadores da EPSJV dão assessoria

A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES/MS vê na consolidação da pesquisa como princípio educativo uma premissa fundamental para a formação dos trabalhadores da saúde. E para introduzir essa idéia na formação de técnicos, elaborou uma Convocatória de Pesquisa voltada para as Escolas Técnicas do SUS.

O edital, financiado pelo Profae, tem como finalidade incentivar a produção científica de professores e alunos sobre a educação profissional em saúde. A intenção é que, em Escolas sem perfil e histórico de pesquisa, a Convocatória atue como embrião para a produção do conhecimento.

Para dar assessoria ao desenvolvimento dos projetos e capacitar os profissionais e estudantes participantes, o Ministério pediu o auxílio de pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), do Rio de Janeiro, instituição com maior tradição de pesquisa em educação profissional em saúde. Eles realizaram oficinas de dois dias em cada uma das 29 Escolas que solicitaram a consultoria.

De acordo com Carlos Batistella, que deu assessoria à Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra, de Manaus, e à Escola Técnica de Saúde de Blumenau, foi determinada, em reunião preparatória, uma ‘tripla função’ para os orientadores. As ações abrangiam a leitura dos formulários da Convocatória, para esclarecimento dos itens, e a discussão dos aspectos metodológicos da construção do projeto, incluindo considerações quanto ao objeto de pesquisa. O objetivo primordial, no entanto, era explicar a importância da pesquisa e da produção de conhecimento para a formação. “As ETSUS estão mais acostumadas a elaborar projetos de intervenção. Procuramos dar compreensão do que é pesquisa, e de como articulá-la com o ensino”, disse.

Angélica Fonseca, que visitou a Escola Técnica de Saúde de Brasília e o Núcleo de Educação e Formação em Saúde, no Espírito Santo, disse que os participantes da oficina pareciam muito provocados

pela discussão. “Houve troca intensa em torno do objeto”, concluiu.

O resultado e empenho dos participantes das oficinas – entre eles professores, alunos, equipe técnica, coordenadores e diretores – foi positivo: até a data-limite, 17 de março, foram enviados 25 projetos. “Se o prazo não fosse tão curto e o processo corrido, poderíamos ter Escolas mais mobilizadas e até projetos melhores”, opinou Batistella.

Leda Zoraide, da SGTES/MS, que coordenou esse processo, afirmou que a Convocatória é apenas um primeiro passo no incentivo à produção científica nas ETSUS. “O estímulo dado pelo Ministério da Saúde não vai parar por aqui. Nós entendemos que é preciso contribuir para que as ETSUS tenham capacidade técnica de desenvolver pesquisa”, disse. Leda também falou sobre a importância de mostrar outras formas de financiamento de pesquisa para as Escolas, que teriam se demonstrado muito dispostas a se dedicar a essa área.

Para Isabel Brasil, vice-diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da EPSJV, que coordenou a assessoria, apesar do limite de tempo, os resultados foram ótimos. “Isso mostra que essas Escolas, quando incentivadas, podem perfeitamente se desenvolver”, constatou. Para ela, há que se instituir uma política na qual os programas não sejam eventuais, mas com consistência e fomento constante.

A coordenadora do projeto elaborado pelo Cefope, do Rio Grande do Norte, Leda Hansen, que recebeu assessoria de Gaudêncio Frigotto, pensa da mesma forma. Ela acredita que o ‘bichinho da pesquisa’ tenha mordido todas as Escolas, por mais que nem todas venham a ter bons resultados na Convocatória. “Só o fato de nos reunirmos em torno de uma idéia já foi um grande avanço. A investigação criou em todos nós um espírito de pesquisa no decorrer da elaboração do projeto. Mesmo que o nosso não seja aprovado, vamos procurar outra forma de financiamento, pois agora já estamos completamente envolvidos!”, afirmou. ■

## Unimontes inicia pesquisa

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes, através de sua Estação de Pesquisa, iniciou em fevereiro uma investigação sobre o tema ‘Perspectivas de Trabalho para Profissionais de Nível Técnico em Saúde no Norte de Minas Gerais’. O objetivo é identificar a demanda de profissionais de saúde em áreas como Radiologia, Enfermagem, Vigilância Sanitária e Ambiental, Segurança do Trabalho e Análises Clínicas, por meio de entrevistas com os gestores dos 87 municípios da região norte mineira, representantes de usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Saúde dessas regiões.

O projeto, apoiado financeiramente pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), é coordenado pelo professor João Felício Rodrigues Neto. O Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes, ao qual o projeto foi submetido, entende que os resultados da pesquisa são de extrema importância, pois vão oferecer elementos que podem dar subsídios à oferta de cursos de formação profissional e a outras políticas públicas, adequadas às necessidades da população e do sistema de saúde.

A Estação de Pesquisa da ETSUS Unimontes foi oficialmente implantada em maio de 2005 e em julho do mesmo ano começou a fazer parte da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde (ROREHS), que é coordenada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde, do Ministério da Saúde. ■